

TSE impede que caso Sílvio vá ao Supremo

A. C. SCARTEZINI

A manhã chuvosa que despertou ontem a cidade percorreu como uma nuvem de tranquilidade um dos cantos da Praça dos Três Poderes, bem no ponto onde se ergue o Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte brasileira. "O pior já passou", murmurou-se no Supremo, com a descrição que convém aos juizes, com satisfação pela decisão do Tribunal Superior Eleitoral que, na noite da véspera, sepultou com pá de cal a candidatura de Sílvio Santos à Presidência e impediu que o STF entrasse na questão.

Sem prazo para julgar algum recurso, havia o risco de que o Judiciário saísse da eleição presidencial de primeiro turno, na próxima quarta-feira, tendo ainda alguma pendência para resolver quanto a alguma candidatura. Como o prazo para um eventual recurso contra a decisão do TSE começaria a ser contado apenas na segunda-feira, seria impraticável uma decisão final antes da primeira votação dois dias depois.

"E como alguém teria condições para resolver a pendência tendo já dois candidatos consagrados com aquela montanha de votos no primeiro turno?", não sabia um dos membros do Supremo o que fazer no caso, por exemplo, de que Sílvio Santos fosse brigar na nova alçada judiciária pela sua candidatura.

LIÇÃO

Mas mesmo assim, um dos ministros do Supremo, com larga experiência pessoal em urnas, articulações e artimanhas eleitorais, acredita que alguma coisa ainda precisa ser feita antes da votação de segundo turno, em 17 de dezembro, entre os dois candidatos aprovados no primeiro teste. Alguma coisa que sirva também para a eleição de governadores e parlamentares no final do próximo ano.

A idéia é promover dentro do Supremo uma discreta avaliação em torno de exemplos nada edificantes do primeiro turno, extrair sua lição e tentar alguma coisa que possa purificar a campanha pela segunda votação e a do próximo ano.

CONTRARIEDADE

Sobretudo, pretende-se conversar com Rezek, que, como presidente do TSE, dirige a eleição e se dá ao trabalho de procurar o público externo para orientar sobre

a função da eleição presidencial. A projeção de Rezek nos meses da campanha do primeiro turno contrariou a discrição dos juizes, mas foi considerada necessária e proveitosa pelo seu caráter didático.

Agora, a idéia é a de que Rezek, com seus companheiros do TSE, voltem ao público externo para uma tentativa de superar as mazelas feitas pelos candidatos no primeiro turno e tentar a elevação do gabarito da campanha presidencial. Seria alguma coisa como procurar os partidos para discutir o desempenho do primeiro turno e aproveitar a lição que ficou.

DÓLAR

Por enquanto, a avaliação de ontem já ensinava que é preciso cortar subsídios a candidatos e partidos. Em outras palavras, retirar o dinheiro que corre na campanha, "na qual o dólar já se tornou a moeda nacional corrente" — alerta-se sobre os cálculos financeiros da campanha, sempre feitos em dólar.

Como retirar o dinheiro da campanha? De todas as maneiras possíveis, a começar por um estudo, para o próximo ano, de reformulação da legislação sobre o horário eleitoral na televisão e rádio que estimula a venda de espaços. O horário eleitoral é um subsídio que, na sua aplicação, vai além do que propunha a intenção da lei.

LIBERALIDADE

Outros subsídios também estão em estudo no Supremo, como a liberalidade para a criação de partidos. Acredita-se que a associação em partidos é um direito que não se pode negar ao cidadão, mas que são necessários alguns critérios que impeçam o tumulto do primeiro turno, com 22 concorrentes e candidatos querendo entrar ou sair da competição.

Um desses critérios seria quanto ao prazo. O caso Sílvio Santos, por exemplo, demonstrou que os prazos atuais para os candidatos podem inviabilizar o processo eleitoral, criando o caos: o que não iria ainda acontecer se o TSE deixasse brecha para a candidatura de Sílvio? Seria necessário um prazo fatal além do qual ninguém mais pudesse ser substituído na eleição, mesmo com a morte de um candidato às suas vésperas.